



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0044134-9/01
EMBARGANTE: Ministério Público de Pernambuco
EMBARGADO: Município de Camocim de São Félix
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

*5724 de
Camocim de
São Félix*

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. INVIABILIDADE. 1. A decisão embargada é clara por seus próprios termos, tendo registrado que a Constituição conferiu ao Ministério Público o dever de zelar pelos interesses metaindividuais ou transindividuais qualificados como indisponíveis, e concluído no sentido de que *"não se encontra o Ministério Público legitimado à defesa dos interesses em questão nos autos, pela circunstância de não se tratarem de direitos indisponíveis"*. 2. Anotou-se, bem assim, que muito embora o STJ admita, em caráter excepcional, a legitimidade de *Parquet* para postular sobre direitos *disponíveis* quando houver *interesse público relevante*, não seria esse o caso dos autos. 3. Nesse contexto, não há que se falar em omissão decorrente da alegada ausência de apreciação do disposto nos arts. 81, parágrafo único, inciso III, e 83, do CDC; aos arts. 1º, IV, 5º e 21, da Lei nº 7.347/85 – uma vez que tais dispositivos, ao fim e ao cabo, tratam da legitimidade do Ministério Público, que expressamente restou analisada e afastada na decisão embargada – e, pela mesma razão, também não se vislumbra a suscitada omissão no que se refere ao art. 25 da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), diploma legal que sequer foi invocado nas razões de apelo. 4. As razões recursais, em verdade, denotam o inconformismo do embargante com a decisão recorrida, corporificando pretensão de reexame da causa, propósito a que não se presta a via aclaratória. 5. Aclaratórios improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 0044134-9/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecer dos aclaratórios e em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 20 de maio de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0044134-9/01
EMBARGANTE: Ministério Público de Pernambuco
EMBARGADO: Município de Camocim de São Félix
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração**, com pedido de efeitos infringentes e para fins de prequestionamento, interpostos pelo **Ministério Público de Pernambuco** em face do acórdão que negou provimento a apelação cível de sentença que indeferiu a petição inicial – com fundamento na ilegitimidade ativa do *Parquet* – de ação civil pública proposta contra o **Município de Camocim de São Félix**.

O acórdão embargado restou assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. ILEGITIMIDADE ATIVA DO PARQUET. 1. A controvérsia dos autos reside na discussão quanto à natureza do direito cuja tutela o Ministério Público Estadual pretende com a propositura da presente Ação Civil Pública – no caso, o direito à percepção de salários em atraso, devidos aos servidores municipais pela Municipalidade. 2. A partir do equacionamento dessa questão que se poderá afirmar – ou refutar – a legitimidade ativa do *Parquet* para a hipótese dos autos, à luz das funções institucionais que lhe foram constitucionalmente outorgadas. 3. A interpretação conjugada dos dispositivos constitucionais que disciplinam a instituição do Ministério Público conduz à conclusão de que o constituinte conferiu ao *Parquet* o dever de zelar pelos interesses metaindividuais ou transindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos) qualificados como indisponíveis. 4. Como consequência do seu papel constitucional de zelar pelos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais marcados pela nota de *indisponibilidade*, somente diante dessa qualidade de interesses – os indisponíveis – o *Parquet* se legitima para propôr ação civil pública. 5. Em que pese o tratamento constitucional dispensado ao trabalho, em termos de sua valorização nos mais diversos aspectos, não se pode qualificar como indisponível o direito à percepção de salários atrasados. 6. Portanto, não se encontra o Ministério Público legitimado à defesa dos interesses em questão nos autos, pela circunstância de não se tratarem de direitos indisponíveis (precedentes). 7. É certo que o STJ tem admitido, em caráter excepcional, a legitimidade do *Parquet* para postular sobre direitos disponíveis quando “*houver interesse público relevante*”. 8. Essa, todavia, não parece ser a hipótese dos autos, visto que o atraso salarial em questão ocorreu em período localizado, por razões circunstanciais. 9. Apelo improvido, por maioria de votos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

O embargante afirma que a decisão embargada seria omissa no que diz respeito à análise das alegações, constantes da apelação, de que a sentença seria contrária ao disposto nos arts. 81, parágrafo único, inciso III e 83, do CDC; aos arts. 1º, IV, 5º e 21, da Lei nº 7.347/85; e ao art. 25, IV, "a", da Lei nº 8.625/93.

Em vista disso, pede o prequestionamento dos mencionados dispositivos legais.

É o que importa relatar.

A decisão embargada é clara por seus próprios termos, tendo registrado que a Constituição conferiu ao Ministério Público o dever de zelar pelos interesses metaindividuais ou transindividuais qualificados como indisponíveis, e concluído no sentido de que *"não se encontra o Ministério Público legitimado à defesa dos interesses em questão nos autos, pela circunstância de não se tratarem de direitos indisponíveis"*.

Anotou-se, bem assim, que muito embora o STJ admita, em caráter excepcional, a legitimidade de *Parquet* para postular sobre direitos *disponíveis* quando houver *interesse público relevante*, não seria esse o caso dos autos.

Nesse contexto, não há que se falar em omissão decorrente da alegada ausência de apreciação do disposto nos arts. 81, parágrafo único, inciso III, e 83, do CDC; aos arts. 1º, IV, 5º e 21, da Lei nº 7.347/85, uma vez que tais dispositivos, ao fim e ao cabo, tratam da legitimidade do Ministério Público, que expressamente restou analisada e afastada na decisão embargada.

Pela mesma razão, também não vislumbro a suscitada omissão no que se refere ao art. 25 da Lei nº 8.625/93 (a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), cabendo consignar, aliás, que tal diploma legal sequer foi invocado nas razões de apelo.

Verifico, pois, que as razões recursais em verdade denotam o inconformismo do embargante com a decisão recorrida, corporificando pretensão de reexame da causa, propósito a que não se presta a via aclaratória.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos, para fins de prequestionamento, porém **nego-lhes** provimento.

Recife, 20 de maio de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator